

INTRODUÇÃO

Nota do autor – Ao longo do texto encontram-se transcrições de excertos documentais em língua portuguesa dos séculos XVIII, XIX e XX. Optou-se por não harmonizar a grafia dos mesmos, pelo facto de não se predisporem a qualquer dificuldade interpretativa. Excepto indicação em contrário, todas as traduções de textos em língua não portuguesa foram realizadas pelo autor.

O CANCRO: UM TEMA E UMA PROBLEMÁTICA

Vista sob o prisma da análise histórica, cada época tem, de facto, a sua doença simbólica; se no fim do século XIX esse lugar cabia à tuberculose, a denominada *peste branca* acabou por dar lugar quase em simultâneo ao problema crescente do cancro, sobretudo quando a tecnologia médica foi capaz de começar a reduzir drasticamente a mortalidade por tuberculose pulmonar desde os meados do século XX.

Com o afastamento do espectro mortal da tuberculose, foi no decurso do século XX que o cancro assumiu o seu estatuto de doença maldita, estigmatizante, discriminatória e desmoralizadora, como referiu Susan Sontag na sua influente obra *Illness as Metaphor*. Vista como patologia «incurável», «degenerativa», «devastadora», «invasiva» e «corrosiva», os tratamentos curativos que lhe estão associados também enfermam da mesma carga metafórica, sendo apodados de «mutilantes», «venenosos» e «agressivos»¹.

Genericamente, a doença oncológica tornou-se no que o historiador David Cantor acertadamente designou como «a metáfora da doença dominante»² do nosso tempo, termo a que não é alheia a descrição que Sontag fez dos tabus que envolvem o cancro. Este sentido é melhor compreendido quando verificamos a existência de períodos históricos aos quais correspondem doenças dominantes, sejam elas de natureza epidémica ou não. Pelo seu estatuto simbólico, é sintomática das nossas esperanças e medos face às reais possibilidades dos progressos científicos. A complexidade do cancro na integralidade das suas diversas dimensões: biológica, humana e social, reforça a necessidade de articular as ciências da vida com as ciências sociais e humanas, implicando abordar a projecção histórica de uma patologia que assume foros intemporais de fatalidade socio-sanitária, e que no tempo presente constitui um assunto transversal e incontornável, tanto mais que toca com muita frequência a nossa vivência humana.

Conhecida e estudada como entidade própria pelo menos desde a antiguidade, a história do cancro caminha em paralelo com a longa evolução do conhecimento humano, reflectindo fielmente os conceitos científicos que lhe estiveram desde sempre associados, os saberes médicos e as mentalidades prevaletentes sobre a saúde e a doença. Em certa medida, a história desta patologia permite-nos compreender a génese do «medo do cancro», e ainda o significado profundo dos esforços talhados no campo científico no sentido de o debelar.

Durante milhares de anos, a medicina constatou a sua impotência perante esta doença, tão esquiva, intratável e angustiante como tantas outras. Actualmente, constitui-se ainda como o arquétipo da nossa impotência relativa no que toca ao controlo da doença e da morte, materializada em recontros belicosos que se desenrolam nos campos de batalha

¹ Cf. SONTAG, Susan – *Illness as Metaphor*. New York: Farrar, Straus and Giroux, 1978.

² Cf. CANTOR, David – *Cancer*. In BYNUM, W. F. & PORTER, R. (eds.) – *Companion Encyclopedia of the History of Medicine*. 2 vols. London: Routledge, 1993, p. 537-561.

hospitalares. Nas palavras de Lobo Antunes, «A vida no hospital oncológico é uma vida de combate, em que saímos, todos os dias, derrotados. A mais vergonhosa e dolorosa das derrotas, que é não conseguir cumprir a promessa nunca formulada, mas sempre implícita, de transportar para margem segura, quem em nós confiou e depositou esperança»³.

Pela frequência e sinonímia que ainda adquire com a inexorabilidade da morte, o cancro encontra-se emocionalmente muito próximo da nossa sociedade. Mas se por um lado podemos dizer que a morte escapa ao discurso do saber, o mesmo já não se pode dizer relativamente à doença em si. Facilmente se pode verificar que o universo da oncologia, da luta contra o cancro, do financiamento dos cuidados de saúde, e das questões que envolvem os avanços técnico-científicos nesta área se situam entre os temas que actualmente mais interessam aos cidadãos portugueses, bem visíveis no protagonismo e projecção que encontram ao nível da própria comunicação social⁴. Em termos puramente estatísticos, importa reconhecer que em todas as suas formas, o cancro mata anualmente cerca de 23.000 pessoas em Portugal, 10.000 das quais com menos de 70 anos de idade⁵. Estes números são consentâneos com a demais realidade mundial, onde as doenças do foro oncológico mantêm um lugar de destaque nas principais causas de morte em todo o globo. Eventualmente, a doença oncológica atingirá uma em cada três pessoas nas nações mais prósperas, acreditando-se que as causas para este incremento ao longo de todo o século XX se prendem em particular com a redução da mortalidade por doenças infecciosas e o envelhecimento das populações.

Trata-se de um problema de saúde muito significativo, tanto mais que este número total de óbitos representa 24,6% dos óbitos para as principais causas de morte, sendo destacadamente a segunda causa de morte em Portugal. E as projecções da OMS para 2030 continuam a colocar o cancro no mesmo lugar da tabela, mas com uma percentagem superior, que rondará os 25,3%⁶. Sendo uma doença que toca frequentemente o quotidiano de todos nós, é acima de tudo um problema *major* de saúde pública. É, e será cada vez mais uma doença associada à idade avançada, uma vez que a maioria dos casos se detectam em pessoas com mais de 60 anos. E esta realidade tem consequências significativas para o nosso sistema de cuidados de saúde, dadas as actuais previsões sobre o envelhecimento da população.

³ Cf. o prefácio da obra de VARELLA, Drauzio – *Borboletas da alma. Escritos sobre ciência e saúde*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 12.

⁴ Cf. PAIVA, Élia; PINTO, Fernanda – *O lugar do cancro na imprensa escrita em Portugal: Esboço de análise de recortes de imprensa entre 1984-2002*. In *Actas dos ateliers do V.º Congresso Português de Sociologia Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção. Atelier: Saúde*, p. 44-55. Para uma análise da visibilidade temática da saúde nos *media* portugueses veja-se CABRAL, Manuel Villaverde (coord.); SILVA, Pedro Alcântara da; MENDES, Hugo – *Saúde e doença em Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002, p. 67-91.

⁵ Cf. <http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs297/en/index.html> e ainda *The WHO Global InfoBase Source Metadata*.

⁶ Cf. WHO – *World Health Statistics 2008*. Geneva: WHO, 2008, p. 29-30.

Daí que o seu impacto a título nacional e internacional seja absolutamente inegável, não carecendo justificar os esforços contínuos que a sociedade continuamente realiza, e por esta, os Estados, no sentido permanente de o debelar.

Ao nível nacional, o Plano Oncológico Nacional de 2001⁷, em paridade com a Rede de referenciação hospitalar de oncologia de 2002⁸, constituem o exemplo acabado da consciencialização do poder político sobre o relevo desta doença, vertido na legislação sanitária. Da planificação à assistência hospitalar, passando pelo ensino, formação e investigação ao nível das instituições e técnicos de saúde, todos esses elementos foram abordados no judicioso sentido de estabelecer uma estratégia de política global sobre a problemática do tratamento.

Parece, portanto, ser oportuno e adequado reflectir sobre um tema tão actual quanto transversal, mantendo presente que se deve evitar o reducionismo potencial em que se pode incorrer, ao concentrar cegamente o labor de análise histórica numa patologia particular. Nesse sentido, rejeitámos à partida o comodismo do relato dos grandes sucessos, optando pela análise das estruturas, condições e meios de investigação, ensino e tratamento da doença no nosso país, a partir do momento em que a luta contra o cancro começou a despertar o interesse da classe médica e do demais tecido social.

Uma realidade multifacetada

O estudo das doenças e da saúde numa perspectiva histórica, envolve, entre outras questões, o exame do próprio conceito de doença e os seus limites. Do ponto de vista estritamente médico, trata-se de um processo mórbido de origem genética causada por mutações no ADN que provocam o crescimento celular descontrolado. Inicia-se quando surgem células anormais a partir de outras normais, como consequência de algum mecanismo de alteração celular ainda não totalmente compreendido. À medida que evolui localmente, as células adquirem características proliferativas, ocorrendo alterações nos tecidos circundantes. Adquirem posteriormente características invasivas, disseminando-se e dando origem a metástases noutras partes do corpo, ao que sucede a inexorável morte.

Apesar de poder ser relatado de uma maneira muito genérica nos termos acima descritos, o cancro não é uma doença única nem muito menos com uma única causa. Trata-se de um grupo de doenças distintas, abarcando mais de 200 tipos diferentes, ou seja, de tumores malignos, também designados por neoplasias, cada um deles com características particulares, causas, manifestações, evolução, prognósticos e tratamentos específicos, mas

⁷ Veja-se o PON 2001-2005 na Resolução do Conselho de Ministros n.º 129/2001. DR I Série-B n.º 190, de 17 de Agosto de 2001, p. 5241 e seguintes, e ainda MINISTÉRIO DA SAÚDE – *Plano Oncológico Nacional 2001-2005*. Lisboa: DGS, 2002.

⁸ PORTUGAL. Direcção Geral da Saúde. Direcção de Serviços de Planeamento. NUNES, José Mendes *et al.* (coord.) – *Rede de referenciação hospitalar de oncologia*. Lisboa: DGS, 2002.

que pelas suas características fisiopatológicas se englobam sobre uma mesma designação genérica⁹. Quando utilizamos a palavra *cancro*, referimo-nos a um conjunto relativamente alargado de patologias do foro oncológico geralmente reunidas sobre a mesma designação, e é nesse sentido plural que utilizamos o termo *cancro* no decorrer deste livro.

As concepções e representações sociais do patológico, dos estados mórbidos, da doença e da cura não se reduzem ao discurso dos profissionais da área da saúde, tendo-se assistido desde os anos sessenta ao surgimento de uma nova abordagem: o discurso sobre a saúde/doença do ponto de vista dos usuários, ou seja, do doente¹⁰. A partir dessa perspectiva, a percepção dos processos mórbidos da doença remete-nos para o espectro das subjectividades individuais, sugerindo-se, portanto, que as doenças e suas representações sociais estejam intimamente ligadas e dependentes do tipo de sociedade em que são produzidas. Na sociedade ocidental, o cancro serviu ainda como pano de fundo fundamental a obras literárias de autores proeminentes de referência internacional como sejam Simone de Beauvoir, Leo Tolstoy, Tillie Olsen, Thomas Mann, Anton Checov ou Alexander Solzhenitsyn. No cômputo das monografias que descrevem percursos pessoais e/ou experiências vivenciais da doença, o volume de produções é muitíssimo maior, e certamente de impossível contabilização.

Pelo seu significado patológico mas também simbólico, representa muito mais do que a colocação em causa da vida de um indivíduo; transcende-a, é um elemento de desestabilização familiar e social com repercussões directas no devir histórico. Enquanto doença propriamente dita, podemos aproximá-la daquilo que Jacques Le Goff apelida de «uma ideia», e do que Mirko Grmek apoda de «complexa realidade empírica»¹¹. Este último, em particular, apontou abertamente que a doença, fosse ela qual fosse, era acima de tudo um conceito, uma construção teórica que reflecte não só as ideias mas também a realidade patológica de um determinado período histórico.

Apesar de existir há milhares de anos, os progressos para o prevenir e curar foram sempre lentos, caracterizados por avanços progressivos resultantes de marcos científicos, como sejam a descoberta da anestesia, da radioterapia e dos primeiros agentes quimio-

⁹ Para uma visão exclusivamente médica sobre os diferentes tipos de cancro, sua fisiopatologia e tratamento veja-se DeVITA, V.; HELLMANN S.; ROSENBERG S. (ed.) – *Cancer. Principles & Practice of Oncology*. 7th Edition. Philadelphia: Lippincott Williams & Wilkins, 2005. Para a classificação oncológica veja-se PERCY, Constance; Van HOLTEN, Valerie; MUIR, Calum (eds.) – *CID-O: Classificação Internacional de Doenças para Oncologia/Organização Mundial da Saúde*. 2.ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

¹⁰ Sobre as representações sociais da saúde, da doença, do normal e do patológico, vejam-se os estudos referenciais de HERZLICH, C. – *Santé et maladie. Analyse d'une Représentation Sociale*. Paris: Mouton, 1969, e ainda de DORVIL, H. – *Types de sociétés et de représentation du normal et du pathologique: la maladie physique, la maladie mentale*. In DUFRESNE, J.; DUMOND, F.; MARTIN, Y. (orgs.) – *Traité d'Anthropologie Médicale: l'institution de la santé et de la maladie*. Canada/France: Presses de L'Université du Québec/ Presses Universitaires de Lyon, 1985, p. 305-332.

¹¹ Le GOFF, Jacques (org.) – *As doenças têm História*. Lisboa: Terramar, 1985, p. 7-8.

rapêuticos. No decurso dos dois últimos decénios, a compreensão dos processos biológicos e moleculares postos em causa no cancro aumentou exponencialmente, o que conduziu a abordagens inovadoras quer na prevenção, como no diagnóstico e ulterior tratamento. No entanto, no decorrer do mesmo período temporal, a investigação clínica progrediu de uma forma mais linear, resultado de um desequilíbrio existente entre a soma de conhecimentos provenientes de uma intensa pesquisa e a sua aplicação directa aos doentes oncológicos.

Tal como qualquer outra doença, faz igualmente parte do enredo de um jogo científico, médico e social que coloca em causa a nossa capacidade de lidar com a adversidade, em cada lugar e em cada tempo histórico. Sobretudo pelo facto da trajectória do cancro ser acompanhada muito de perto por um profundo sentido de sofrimento e de drama, que sendo de natureza individual também é, e sempre será, de natureza colectiva.

Também coloca em jogo um conjunto de relações de poder, num fenómeno que passa todas as sociedades, inscrevendo-se psiquicamente na ordem social. Tais relações revelam-se não só na intervenção daqueles que possuem o crédito ou a capacidade de combater a doença, mas também no relacionamento que se estabelece entre os profissionais de saúde e os poderes públicos. E, se historicamente este poder de curar levou ao nascimento de um campo médico diferenciado, também não é menos verdade que criou a necessidade de gerir colectivamente a doença, o que justifica a intervenção do poder político neste domínio, e onde a figura do Estado foi assumindo progressivamente um particular e destaque.

Se bem que partilhamos o pensamento de LeGoff quando refere que «A doença pertence não só à História superficial dos progressos científicos e tecnológicos como também à História profunda dos saberes e das práticas ligadas às estruturas sociais, às representações, às mentalidades»¹², acrescentaríamos que também pertence ao domínio da economia, das políticas de saúde, dos poderes públicos e privados, e ainda dos complexos mecanismos psicológicos que nos mobilizam perante o risco transversal que qualquer doença representa. Situação limite ou fronteira da finitude humana, não faltam as provas testemunhais daqueles que a enfrentaram.

Enquanto flagelo social emergente, o investimento na luta contra o cancro justificou uma mobilização pública que começou nos alvares do século XX, tornando-se mesmo num objectivo de cariz biopolítico assumido por alguns Estados. Para tal, foi necessário recorrer a uma investigação científica intensíssima, feita com recurso a investimentos muito significativos em novas tecnologias e terapêuticas, o que levou à criação e manutenção de um complexo bio-médico-político que se desenvolveu e consolidou em torno de uma só doença.

¹² Le GOFF, Jacques (org.) – *As doenças têm História*. Lisboa: Terramar, 1985, p. 7-8.

No espírito da sociedade ocidental, vencer o cancro passou sempre pelo crivo fino da descoberta, da invenção e do progresso científico, elementos que marcaram o carácter experimental da ciência médica desde o século XIX. Esse trabalho de pesquisa necessitou de grandes programas de acção que fossem capazes de unir instituições de saúde, universidades e indústria farmacêutica, todos sob a coordenação do Estado¹³.

No início dos anos 70, conhecia-se ainda bem pouco sobre uma doença que poderia tornar-se tão irrisória e tratável no futuro, como já nessa altura pareciam ser a pneumonia ou a tuberculose. Apesar do gigantesco «complexo médico-industrial»¹⁴ criado e mantido em torno do universo da saúde e doença, e mesmo tendo em atenção o progresso tecnológico imparável a que a medicina se viu sujeita desde o pós-guerra até aos nossos dias, verifica-se que se mantém sem solução uma grande parte da patologia oncológica¹⁵. É por vezes habitual, como tem sucedido no campo da medicina molecular, os êxitos obtidos não terem correspondência directa, pelo menos no imediato, com as expectativas entretanto criadas. E embora seja previsível o progresso na predição das doenças e no desenvolvimento de quimioterapias adaptadas ao perfil molecular de cada afecção, de momento as aplicações clínicas dessas novas tecnologias ainda se encontram distantes da obtenção de resultados apreciáveis¹⁶. Para muitos tipos de cancro, os tratamentos actualmente disponíveis não são curativos, sobretudo por não serem específicos. Contudo, a actual compreensão da doença abriu caminho a tratamentos mais dirigidos e menos agressivos para os tecidos normais, o que reduz os efeitos secundários característicos dos tratamentos ditos tradicionais. Ainda assim, a cura genérica e global, na senda do imaginário associado à «droga milagrosa» ou à «bala mágica» como foram os antibióticos, ou ainda à prevenção vacínica definitiva, essa ainda não existe, e é bem provável que não veja tão cedo a luz do dia. De momento, parece que não restam dúvidas: o cancro veio para ficar e para continuar a marcar esta civilização.

É, pois, um universo imenso e multifacetado que aqui emerge e nos interpela. Importa, pois, saber abordá-lo historicamente, de molde a compreender e realçar as respostas científicas, biomédicas e sociais face ao problema do cancro.

¹³ Como exemplo deste tipo de políticas para o combate ao cancro, veja-se o *National Cancer Act* de 1971, aprovado durante a presidência norte-americana de Richard Nixon.

¹⁴ Terminologia proposta por Arnold Relman para se referir a um dos mais robustos pilares do capitalismo do nosso tempo. Cf. RELMAN, Arnold – «The new medical-industrial complex». *New England Journal of Medicine*. 303 (1980), p. 963-970.

¹⁵ Por exemplo, num editorial de 2002, Carney refere que apesar de ser bem conhecida a ligação entre o tabaco e o cancro do pulmão, o número de novos casos continua a subir; em raparigas e mulheres entre os 15 e os 64 anos, o cancro do pulmão é agora a principal causa de morte por cancro, e esta doença continua a ser a razão mais frequente de morte oncológica no homem. Cf. CARNEY, D. N. – «Lung cancer. Time to move from chemotherapy». *New England Journal of Medicine*. 346 (2002), p. 126-127.

¹⁶ Cf. as observações de Sir David Weatherall: WEATHERALL, D. J. – «Internal medicine in the 21st century». *Journal of Internal Medicine*. 247 (2000), p. 3-5.

Historiografia do cancro

De um modo muito genérico, podemos afirmar que os historiadores tendem a investigar a história de uma doença, não para que se possa orientar uma política de saúde, mas porque esse estudo nos revela os caminhos que as sociedades utilizaram na abordagem sanitária do problema, bem como dos traços mentais e culturais que a caracterizaram ao longo das diferentes épocas e lugares. No entanto, o que se tornou claro com o caso do cancro, é que a compreensão das abordagens científicas, da evolução tecnológica e do tratamento médico, sendo elementos incontornáveis para a historiografia, podem servir para fazer repensar as políticas de saúde entretanto trilhadas.

Desde os finais dos anos 70 do século passado a temática do cancro tem vindo a suscitar um interesse progressivamente maior, sobretudo na esfera da investigação histórica internacional. Desde então, a bibliografia sobre a história da pesquisa oncológica tem-se tornado mais vasta, reflectindo tanto a prevalência da doença como os vastos recursos financeiros entretanto investidos nesse domínio. Um bom exemplo dessa tendência que se começou a esboçar a partir do pós-guerra, é a multiplicidade de artigos historiográficos dedicados exclusivamente ao cancro, e que permitiram inclusivamente ao historiador norte-americano James Stuart Olson a reunião de uma extensa e detalhada bibliografia anotada sobre o tema. Em mais de 400 páginas, enumerou cerca de 3.000 artigos escritos entre 1945 e 1988, que incluem não só os muitos trabalhos lavrados em língua inglesa, mas também francesa, italiana, russa, alemã, polaca, holandesa, portuguesa e castelhana¹⁷.

Os principais investigadores provêm do mundo anglo-saxónico e francófono, versando, naturalmente, a evolução da luta contra o cancro nos respectivos países de origem. Vários desses trabalhos saíram da pena de médicos ou investigadores ligados à pesquisa oncológica, ao passo que outros se devem aos cultores das ciências sociais e humanas. Desde o último quartel do século XX, altura em que o assunto passou a dominar as preocupações sanitárias das sociedades ocidentais, têm vindo a lume alguns trabalhos historiográficos de amplo fôlego, não apenas na vertente de luta sanitária institucional e política, mas também no campo da promoção de alterações científicas e tecnológicas no universo médico. Se os primeiros começaram a partir da segunda metade dos anos 70 pela mão de Lester Breslow, Richard Rettig, Samuel Epstein e Peller Sigismund¹⁸, o principal impulso dado à historiografia do cancro fez-se sobretudo na década de 90, assistindo-se igualmente a um interesse renovado nos primeiros anos do novo século, pontuados por figuras como David Cantor e James Olson, entre outros¹⁹.

¹⁷ Cf. OLSON, James S. – *The History of Cancer. An annotated bibliography*. New York: Greenwood Press, 1989.

¹⁸ BRESLOW, Lester – *A History of Cancer Control in United States, with emphasis on the Period 1946-1971*. Bethesda: NCI, 1977; EPSTEIN, Samuel S. – *The Politics of Cancer*. New York: Anchor Press, 1979; RETTIG, Richard A. – *Cancer Crusade: The Story of the National Cancer Act of 1971*. Princeton, New Jersey: PUP, 1977; SIGISMUND, Peller – *Cancer research since 1900: an evaluation*. New York: Philosophical Library, 1979.

¹⁹Cf. CANTOR, David (ed.) – *Cancer in the Twentieth Century*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2008; CANTOR,

Alguns grupos norte-americanos e britânicos dedicados à história da medicina e da saúde, como é o caso do Centre for the History of Science, Technology & Medicine da Universidade de Manchester e da Society for the Social History of Medicine, começaram desde meados da primeira década do século XXI a abordar de forma mais consistente e multidisciplinar a história do cancro em workshops, encarado não só como agente central na modelação da medicina moderna ao longo de todo o século XX, mas também como patologia geradora de transformações significativas nas vivências dos doentes, na prevenção e educação para a saúde, nas mentalidades e ainda no tecido social, político, industrial e económico das sociedades ocidentais. A selecção de alguns dos trabalhos apresentados nestas reuniões, permitiram a publicação de um número especial exclusivamente dedicado ao cancro no século XX (o primeiro e único até à data) do conceituado *The Bulletin of the History of Medicine*²⁰.

Algo surpreendentemente, a atenção dos historiadores fora do contexto norte-americano e europeu tem sido muito reduzida, e podemos apenas presumir que esta realidade se altere no futuro, quando a centralidade dos estudos históricos na área da saúde e das biotecnologias seja submetida a um redireccionamento no sentido do epifenómeno sanitário. Ou seja, quando as análises de maior amplitude sobre a saúde e a doença começarem a reclamar estudos de síntese sobre fenómenos patológicos cujas manifestações sociais e culturais sejam distintas das identificadas até hoje.

No mundo da historiografia francófona destaca-se de imediato o nome referencial e incontornável de Patrice Pinell²¹. Fazendo uma leitura sociológica muito abrangente e historicamente detalhada sobre a luta contra o cancro em França, Pinell fez uso de uma abordagem político-institucional para um período histórico muito específico, se bem que fun-

David – *Cancer*. In BYNUM, W. F. & PORTER, R. (ed.) – *Companion Encyclopedia of the History of Medicine*. 2 vols. London: Routledge, 1993, p. 537-561; CANTOR, David – *The Medical Research Council's Support for Experimental Radiology During the Inter-War Years*. In AUSTOKER, J. & BRYDER, L. (eds.) – *The Role of Medical Research Council*. Oxford: OUP, 1989; CLOW, Barbara – *Negotiating Disease: power and Cancer Care, 1900-1950*. Montreal: McGill-Queen's University Press, 2001; PROCTOR, Robert N. – *Cancer Wars: How Politics Shape What We Know & Don't Know about Cancer*. New York: Basic Books, 1995; WALDHOLZ, Michael – *Curing Cancer: The Story of the Men and Women Unlocking the Secrets of Our Deadliest Illness*. New York: Simon & Schuster, 1997; WEINBERG, Robert A. – *Racing to the Beginning of the Road. The Search for the Origin of Cancer*. New York: Harmony Books, 1996; GREAVES, M. F. – *Cancer: The Evolutionary Legacy*. Oxford: OUP, 2000; ECKHART, Wolfgang U. (org.) – *100 years of organized cancer research*. Stuttgart: Thieme, 2000; KREMENTSOV, Nikolai – *The Cure: A Story of Cancer and Politics from the Annals of the Cold War*. Chicago: UCP, 2002; OLSON, James S. – *Making Cancer History: Disease & Discovery at the University of Texas M. D. Anderson Cancer Center*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2009; WAILOO, Keith – *How cancer crossed the color line*. Oxford: Oxford University Press, 2011.

²⁰ Cf. CANTOR, David (ed.) – «Cancer in the Twentieth Century». *The Bulletin of the History of Medicine*. Special Issue. Vol. 81, n.º 1 (Spring 2007).

²¹ Cf. PINELL, Patrice – *Naissance d'un fléau. Histoire de la lutte contre le cancer en France (1890-1940)*. Paris: Éditions Métailié, 1992; reeditado posteriormente em língua inglesa: PINELL, Patrice – *The Fight against Cancer: France 1890-1940*. London: Routledge, 2002. Veja-se ainda PINELL, Patrice – *Cancer*. In COOTER, R.; PICKSTONE, J. (Eds.) – *Medicine in the Twentieth Century*. Amsterdam: Harwood Academic Publishers, 2000, p. 671-686.

damental, que vai dos finais do século XIX até aos anos 40 do século XX. Abordou sobretudo o processo de evolução no qual se inscreveram as transformações que promoveram o nascimento da medicina contemporânea, colocando igualmente em destaque os anos de transição entre as duas guerras na história do campo médico. Mostrou igualmente que a dinâmica social gerada em redor das políticas anticancerosas tiveram um papel precursor na evolução do processo civilizacional, não apenas em França, mas a nível internacional. Por seu turno, Pierre Darmon²² fez uma leitura histórica bastante alargada no tempo para mostrar o percurso das doutrinas, terapêuticas e concepções sociais sobre a doença. Dissecando a relação entre o laboratório e a prática clínica, Ilana Löwy²³ debruçou-se sobre a cultura da experimentação clínica em oncologia, através da descrição da transferência das inovações laboratoriais.

Ainda no campo institucional, Joan Austoker abordou a história do *Imperial Cancer Research Fund* (ICRF), ressaltando sobretudo o modo como a mais eminente instituição caritativa britânica se organizou para combater a doença. A ênfase foi colocada na mudança de objectivos da instituição, bem como no crescimento da investigação experimental sobre a oncologia. Não deixou ainda de dar atenção aos debates de princípios do século XX sobre a influência dos agentes virais no cancro e o impacto da Grande Guerra no ICRF. Esta análise historiográfica parece-nos mais abrangente e apurada face à de Walter Ross, que versando uma temática semelhante para os EUA, nos dá uma versão semelhante mas algo palaciana do percurso histórico da American Cancer Society²⁴. Linha semelhante seguiu Ernest McCulloch²⁵ para o relato do sucedido com o *Ontario Cancer Institute* no Canadá, enquanto no tocante aos programas anticancerosos desse país, Charles Hayter mostrou as influências organizacionais e científicas bebidas tanto nos EUA como em França, e que permitiram a eclosão de uma heterogeneidade de respostas médico-sociais canadianas entre 1900 e 1940²⁶.

Se bem que o percurso institucional seguido em Itália fosse o mote para os trabalhos de Patrizia Placucci²⁷ e Giorgio Cosmacini²⁸, a primeira mostrou-se mais atenta às particularidades italianas na institucionalização da luta contra o cancro. Por seu turno, Cosmacini

²² Cf. DARMON, Pierre – *Les Cellules folles. L'homme face au cancer de l'Antiquité à nos jours*. Paris: Plon, 1993.

²³ Cf. LÖWY, Ilana – *Between Bench and Bedside: Science, Healing, and Interleukin-2 in a Cancer Ward*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1996.

²⁴ Cf. e cfr. AUSTOKER, Joan – *A History of the Imperial Cancer research Fund, 1902-1986*. Oxford: OUP, 1988, e ROSS, Walter S. – *Crusade: The Official History of the American Cancer Society*. New York: Arbor House, 1987.

²⁵ Cf. McCULLOCH, Ernest A. – *The Ontario Cancer Institute: successes and reverses at Sherbourne Street*. Montreal; London: McGill-Queen's University Press, 2003.

²⁶ Cf. HAYTER, Charles – *An element of hope: radium and the response to cancer in Canada, 1900-1940*. Montreal and Kingston: McGill-Queen's University Press, 2005.

²⁷ Cf. PLACUCCI, Patrizia – «La malattia del secolo: L'Istituto Vittorio Emanuele III per lo Studio del Cancro a Milano, 1928-1939». *Sanità, Scienza e Storia*. N.º 1-2 (Stampa 1995), p. 285-314.

²⁸ Cf. COSMACINI, Giorgio; SIRONI, V. A. – *Il male del secolo: per una storia del cancro*. Roma: Laterza, 2002.

ênfaticamente o desenvolvimento da oncologia enquanto disciplina médica em busca de uma identidade disciplinar e a evolução das ideias que enformaram as políticas antitumorais.

Sem fugir do contexto dos estabelecimentos ligados ao tratamento e investigação, mas mais voltado para a vertente dos trabalhos científicos e dos programas governamentais, a recente abordagem «mercantilista» de Theodore Malinin também não deixou de colocar a ênfase nos desenvolvimentos científicos norte-americanos obtidos em redor da doença²⁹. Num registo paralelo, feito em redor do urânio como material de base à terapêutica anticancerosa, Howard Ball destacou os problemas associados à saúde ocupacional e poluentes radioactivos resultantes da necessidade de dotar os centros anticancerosos deste elemento³⁰.

Ainda no registo das instituições anticancerosas de matriz nacional, veja-se a particularidade do caso holandês, devidamente explanado por Johannes van Dongen, e ainda por Joost Lesterhuis e Eddy S. Houwaart, estes últimos com uma análise no registo da oncologia experimental holandesa³¹.

Por seu turno, o percurso institucional dos centros anticancerosos alemães foi abordado por Gustav Wagner e Andrea Mauerberg³², ao passo que Wolfgang Hien soube trazer a metodologia sociológica para se focar na questão dos cancro provocados pela indústria química³³. Hien abordou a ideologia e a prática da medicina ocupacional na Alemanha do século XX, em especial os cancro provocados pela anilina nos operários tintureiros, e pelo arsénico nos comerciantes de vinho. Explorou ainda o modo como os empregadores usaram os conceitos de predisposição genética e susceptibilidade para poderem rejeitar trabalhadores eventualmente mais vulneráveis a tarefas potencialmente perigosas, e ainda como as tradições de pesquisa do período nazi persistiram até aos tempos mais recentes.

Este último período em particular, foi igualmente abordado por Robert Proctor, num estudo pioneiro e algo controverso sobre o pensamento e atitudes político-sanitárias do regime nacional-socialista face à doença oncológica, mas também sobre as premissas científicas da época, muitas delas desenvolvidas e defendidas por cientistas alemães³⁴.

Num estudo de Marie-José Imbault-Huart, a autora afirmou mesmo não haver uma história do cancro do ponto de vista social, mas sim científico. A partir daí, e recorrendo a

²⁹ Cf. MALININ, Theodore I. – *Cancer Merchants: History of NCI's, Viruses and Cancer Programs*. Pittsburgh: Dorrance Publishing, 2008.

³⁰ Cf. BALL, Howard – *Cancer factories: America's tragic quest for uranium self-sufficiency*. Westport, Conn: Greenwood Press, 1993.

³¹ Cf. DONGEN, Johannes A. van – *Geschiedenis van het Nederlands Kanker Instituut het Antoni van Leeuwenhoekhuis*. Amsterdam: 1979, e LESTERHUIS J.; HOUWAART, E. S. – *Bringing the inbred-mouse to Europe. The Netherlands Cancer Institute within the context of international cancer research 1913-1950*. In ECKHART, Wolfgang U. (org.) – *100 years of organized cancer research*. Stuttgart: Thieme, 2000, p. 89-94.

³² Cf. WAGNER, Gustav; MAUERBERG, Andrea – *Krebsforschung in Deutschland: Vorgeschichte und Geschichte des Deutschen Krebsforschungs-zentrums*. Berlin: Springer, 1989.

³³ Cf. HIEN, Wolfgang – *Chemische Industrie und Krebs*. Bremerhaven, Germany: Wirtschaftsverlag, 1994.

³⁴ Cf. PROCTOR, Robert N. – *The Nazi War on Cancer*. Princeton: PUB, 1999.

casos remotos como o cancro da mama da rainha Ana de Áustria, a autora propôs uma reflexão sobre o estatuto maldito que o cancro impõe não só aos afectados, mas também aos médicos, fazendo-nos ainda pensar sobre o recurso ao curandeirismo, feito por todos os estratos sociais³⁵.

Numa abordagem mais voltada para os caminhos da história cultural, James Patterson³⁶ verteu a sua atenção para as mudanças do conhecimento popular sobre o cancro, e o modo como os agentes políticos responderam aos receios da população. Analisou os conflitos que levaram ao estabelecimento da American Society for the Control of Cancer em 1913 e do National Cancer Institute em 1937, explorando ainda as razões pelas quais os médicos norte-americanos foram tão lentos a admitir o tabaco enquanto agente causal da doença, e o modo como o optimismo tecnocrático americano levou Richard Nixon a declarar a «guerra ao cancro» em 1971. Note-se que este último assunto, sobretudo o *National Cancer Act* foi igualmente examinado em profundidade por Richard Rettig³⁷.

Estas abordagens históricas, têm sido complementadas por um conjunto cada vez maior de estudos altamente focalizados no combate a um ou outro tipo particular de cancro, seja da mama, do ovário, do útero, do pulmão, leucemia, linfoma, ou outros, o que se compreende facilmente se reconhecermos que as causas materiais e enredos sociais que lhes estão subjacentes podem ser profundamente diferentes. Se bem que estes estudos sejam difíceis de contabilizar, muito provavelmente o cancro da mama tem sido o mais abordado de todos, tanto mais que durante milénios esta foi a manifestação mais explícita e frequente da doença, confundindo-se habitualmente com ela própria: o cancro da mama era, em si mesmo, o cancro³⁸. Não surpreende, pois, que desse dar azo a trabalhos especialmente imbuídos das premissas da história do género, como os de Kirsten Gardner, Mary De Shazer, Tammy Comeau ou Maren Klawiter³⁹.

³⁵ Cf. IMBAULT-HUART, Marie-José – *História do cancro*. In Le GOFF, Jacques (org.) – *As doenças têm História*. Mem Martins: Terramar, 1985, p. 165-176.

³⁶ Cf. PATTERSON, James T. – *The Dread Disease: Cancer and Modern American Culture*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1987.

³⁷ Cf. RETTIG, Richard A. – *Cancer Crusade: The Story of the National Cancer Act of 1971*. Princeton, New Jersey: PUP, 1977.

³⁸ Cf. OLSEN, James S. – *Bathsheba's Breast: Women, Cancer and History*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2002; ARONOWITZ, R. A. – «Do not delay: Breast Cancer and Time, 1900-1970». *Millbank Quarterly*. 79 (2001), p. 355-386; LERNER, Barron H. – *The Breast Cancer Wars: Hope, Fear, and the Pursuit of a cure in Twentieth Century America*. Oxford: OUP, 2001; JASEN, Patricia – «Breast cancer and the language of risk, 1750-1950». *Social History of Medicine*. 15 (2002), p. 17-43; TAYLOR, T. – «Purgatory on Earth: An Account of Breast Cancer from Nineteenth-Century France». *Social History of Medicine*. 11 (1989), p. 381-402, e ainda MOULIN, Daniel de – *A Short History of Breast Cancer*. Boston: Martinus Nijhoff, 1983. Outros exemplos de estudos ultra-focalizados podem ser encontrados em JASEN, Patricia – «From the «Silent Killer» to the «Whispering Disease»: Ovarian Cancer and the Uses of Metaphor». *Medical History*. 53 (2009), p. 489-512, e KEATING, Peter; CAMBROSIO, Alberto – «Beyond 'Bad News': The Diagnosis, Prognosis and Classification of Lymphomas and Lymphoma Patients in the Age of Biomedicine (1945-1995)». *Medical History*. 47 (2003), p. 291-313.

³⁹ Cf. GARDEN, Kirsten E. – *Early detection: women, cancer, & awareness campaigns in the twentieth-century United States*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2006; De SHAZER, Mary K. – *Fractured borders: reading women's cancer lite-*

E a pulverização de olhares tende a aumentar. Ainda em cruzamento com uma leitura historiográfica, têm surgido outros trabalhos, sejam eles de cariz marcadamente mais sócio-histórico⁴⁰, antropológico, interdisciplinar⁴¹, na incontornável vertente da história das ideias⁴², ou ainda ou ainda na área da pale-oncologia⁴³. Outro segmento ligado à história das profissões de saúde paramédicas começou também a despontar, como é o caso da enfermagem oncológica, que teve no trabalho de Judith Johnson⁴⁴ uma interessante e inovadora abordagem ao entrecruzar discursos da memória oral com os registos da memória escrita.

Se bem que os estudos de fundo sobre a história da terapêutica anticancerosa começam agora a surgir⁴⁵, são ainda escassos, assim como os trabalhos histórico-estatísticos, apesar de Johannes Clemmesen⁴⁶ nos ter legado um notável trabalho de investigação nesta matéria.

Quando nos voltamos para o caso português, não é difícil verificar a existência de um vazio quase completo sobre a doença oncológica ou da luta contra o cancro. Se bem que o estudo de algumas patologias tenha sido alvo de estudos historiográficos de grande profundidade, são sobretudo as doenças epidémicas que têm vindo a recolher o interesse e a ser alvo de análise, caso da denominada gripe espanhola ou ainda das diferentes pestes, fenómenos que desde a Idade Média e até finais do século XIX fizeram a sua aparição em intervalos irregulares.

A tradição historiográfica nacional sobre a saúde e a medicina⁴⁷, não faz senão referências meramente pontuais e pouco desenvolvidas no tocante à oncologia e à luta contra

rate. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2005; COMEAU, Tammy – *The gendered sub-text of medical discourse on cancer in the nineteenth century*. Ontario: University of Western Ontario. Thesis (doctoral), 2004; KLAWITER, Maren – *The biopolitics of breast cancer: changing cultures of disease and activism*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008.

⁴⁰ Cf. FUJIMURA, Joan H. – *Crafting Science. A Sociohistory of the Quest for the Genetics of Cancer*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1996, e MEDINA DOMÈNECH, Rosa María – «*Curar el Cancer? Los orígenes de la Radioterapia española en el primer tercio del siglo XX*». Granada: Universidad de Granada, 1996.

⁴¹ Cf. STACEY, Jackie – *Teratologies. A cultural Study of Cancer*. London: Routledge: 1997. A autora não só conta a sua própria história, como envolve na sua abordagem a história, a sociologia, a biologia, o cinema, etc.

⁴² Cf. RATHER, L. J. – *The Genesis of Cancer. A Study in the History of Ideas*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1978; FITZGERALD, Patrick – *From demons and evil spirits to cancer genes: the development of concepts concerning the causes of cancer and carcinogenesis*. Washington, D.C.: American Registry of Pathology, Armed Forces Institute of Pathology, 2000.

⁴³ Cf. SPYROS, Retsas (ed.) – *Palaeo-oncology: the antiquity of cancer*. London: Farrand, 1986.

⁴⁴ Cf. JOHNSON, Judith; BAIRD, Susan B.; HIRDELEY, Laura – *It took courage, compassion, and curiosity; recollections and writings of leaders in cancer nursing 1890-1970*. Pittsburg, PA: Oncology Nursing Society, 2001.

⁴⁵ Cf. o dossier temático: ROQUÉ, Javier; HERRAN, Néstor (ed.) – «Isotopes: Science, Technology and Medicine in the Twentieth Century». *Dynamis*. Vol. 29 (2009), p. 123-364.

⁴⁶ Cf. CLEMMSEN, Johannes – *Statistical Studies in the Aetiology of Malignant Neoplasms. Vol I, Review and Results*. Copenhagen: Munksgaard, 1965.

⁴⁷ Constituída por obras consideradas clássicas na história da medicina portuguesa, elaboradas essencialmente por titulares das cadeiras de história da medicina. Cf. PINA, Luís de – *História Geral da Medicina*. Porto: Tipografia da Livraria Simões Lopes, 1954; MIRA, M. B. Ferreira de – *História da medicina portuguesa*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1947 e LEMOS, Maximiano – *História da Medicina em Portugal: instituições e doutrinas*. Vol. I e II. Lisboa: D. Quixote e Ordem dos Médicos, 1991 (1.ª ed. 1899).

o cancro. Referimo-nos aos prolectos mas preciosos trabalhos de Ferreira de Mira, Luís Pina e Maximiano Lemos, cuja concepção encontra as suas raízes no positivismo histórico do século XIX, revelando uma abordagem nitidamente iatrocêntrica, ainda muito voltada para a figura do médico/medicina, e menos para a *saúde* enquanto área de actuação médica. Em abono da verdade, diga-se que tais obras datam na sua maior parte da primeira metade do século XX ou fins do século XIX, quando a luta contra o cancro no nosso país, tal como a conhecemos hoje, ainda não contaria senão com poucos anos de existência.

Num registo mais recente, o autor da *História da Medicina Portuguesa no Século XX*⁴⁸ faz apenas uma breve referência linear ao Instituto Português de Oncologia (IPO) e à pessoa de Francisco Gentil, certamente condicionado pelo carácter sintético que conferiu à sua obra, o que não lhe permitiu dispor de grande margem de manobra para se dedicar à oncologia em particular.

Seja por mero desinteresse, seja pela aparente escassez de historiadores portugueses dedicados à saúde enquanto espaço social que ultrapassa o campo estrito da doença e da medicina, os estudos sistemáticos de natureza historiográfica sobre o cancro são ainda muito escassos entre nós. Quanto aos que existem, tratam-se sobretudo de abordagens de cariz eminentemente institucional e biográfico, redigidos quase exclusivamente por médicos, versando sobre os traços mais salientes de um universo devedor da figura tutelar do médico Francisco Gentil⁴⁹ e da instituição que hoje porta o seu nome: o IPOFG. Pela sua natureza generalista, mas sobretudo factual e cronológica, destaca-se claramente a incontornável obra coordenada pelo endocrinologista Luís da Silveira Botelho⁵⁰, havendo ainda outras que se dedicaram ao caminho mais recentemente trilhado pelos centros regionais do Porto e Coimbra no tratamento da doença oncológica⁵¹. O resgate dos factos, personagens e instituições ligadas à luta contra o cancro, repousam geralmente numa narrativa de carácter marcadamente descritivo e esquemático, seguindo assumidamente objectivos expositivos e cronológicos.

⁴⁸ MACEDO, Manuel Machado – *História da Medicina Portuguesa no Século XX*. Lisboa: Clube do Coleccionador dos Correios, 2000, p. 47-48.

⁴⁹ Cf. BOTELHO, Luís da Silveira (Coord.) – *Francisco Gentil (1878-1964)*. Introdução de Fernando Namora. Edição da LPCC, 1978.

⁵⁰ Cf. BOTELHO, Luís da Silveira (coord.) – *O Instituto Português de Oncologia e a luta contra o cancro em Portugal: 75 anos*. Mafra: Elo, 2000. Trabalhou durante 43 anos no IPOFG, de 1947 a 1990, e foi até à presente data o médico que mais anos esteve ao serviço daquela instituição, tendo percorrido praticamente todos os graus hierárquicos. Fundou a consulta de endocrinologia, foi director de enfermaria e, mais tarde, director clínico, chegando mesmo a director do Centro Regional de Lisboa do IPOFG, em 1988. Teve também funções ligadas ao ensino pré-graduado, tendo sido nomeado e incumbido de organizar a participação do Instituto no ensino do 5.º ano da Faculdade de Ciências Médicas. Pediu a exoneração em Setembro de 1990, e desde então dedicou-se à redacção de biografias de médicos que foi conhecendo.

⁵¹ Cf. PACHECO, Francisco do Carmo – *Ao serviço do doente oncológico: 25 anos da história do Centro do Porto do Instituto Português de Oncologia de Francisco Gentil*. Lisboa: Liga Portuguesa Contra o Cancro, 2002, e PORTUGAL, Instituto Português de Oncologia – *Um caminho com história. Instituto Português de Oncologia Francisco Gentil, Centro Regional de Coimbra*. Lisboa: IPO; Coimbra: CRO, 2003.

Numa leitura diferente e de carácter sociológico, destacamos a existência das incursões de Hélder Raposo⁵² e João Arriscado Nunes⁵³, o primeiro dos quais fez uma leitura sociológica da institucionalização do IPO, assente no construtivismo fenomenológico, enformado pelos escritos de Michel Foucault e pelo exemplo francês de luta contra o cancro explanado por Patrice Pinell.

Ainda em língua portuguesa, mas do outro lado do Atlântico, a produção historiográfica brasileira tem-se mostrado bem mais activa nesta temática. Desde meados da primeira década do novo século que o labor de alguns historiadores, especialmente da Fundação Oswaldo Cruz (onde sobressaem os trabalhos de Luiz António Teixeira entre outros)⁵⁴, se tem cristalizado em livros, artigos, dissertações e teses, que culminaram em Julho de 2010 na elaboração da primeira colectânea de artigos sobre o tema, reunidos num volume temático da revista *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Como é apanágio desta publicação, as visões multifacetadas foram a tónica dominante, linha editorial muito corrente em publicações desta natureza, desta feita dedicado ao percurso da institucionalização do INCA e da luta contra o cancro no Brasil durante a primeira metade do século XX⁵⁵.

Com estas referências pretendemos elaborar um recenseamento sintético, mas suficientemente abrangente e significativo acerca da produção historiográfica nacional e internacional relativa à doença oncológica. Importa reconhecer que estão ainda por realizar em Portugal estudos abrangentes, sistemáticos e integradores, onde se articulem os diversos enfoques possíveis, e não apenas as estruturas hospitalares e os reflexos da doença na sociedade, abordagens que são habitualmente apadrinhadas pelo recurso à metodologia do construtivismo fenomenológico.

Uma vez mais se depreende que a transdisciplinaridade entre os diferentes domínios do saber em ciências sociais e humanas é, e será cada vez mais, o principal caminho para a elaboração de registos historiográficos abrangentes sobre todos os domínios que perpassam o nosso mundo social, e em última análise, as nossas tribulações humanas.

⁵² RAPOSO, Hélder – «A luta contra o cancro em Portugal. Análise do processo de institucionalização do Instituto Português de Oncologia». *Fórum Sociológico*. N.º 11/12 (2004), p. 177-203.

⁵³ Cf. NUNES, João Arriscado – «Risco, incerteza e regimes de verdade. A patologia tumoral e a biologia do cancro». *Revista de História das Ideias*. Vol. 23. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2002, p. 285-315; *idem* – «Escala, heterogeneidade e representação: Para uma cartografia da investigação sobre o cancro». *Revista Crítica de Ciências Sociais*. N.º 46. Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia de Coimbra, 1996, p. 9-46.

⁵⁴ Cf. TEIXEIRA, Luiz Antonio; FONSECA, Cristina Maria Oliveira – *De doença desconhecida a problema de saúde pública: o INCA e o controle do câncer no Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, 2007; TEIXEIRA, Luiz Antonio – «O câncer na mira da medicina brasileira». *Revista Brasileira de História da Ciência*. Vol. 2, n.º 1 (2009), p. 104-117; SAMPAIO, Consuelo Novais – *70 Anos de lutas e conquistas: Liga Bahiana Contra o Câncer*. Salvador: LBCC, 2006; CARVALHO, Alexandre Octavio Ribeiro de – *O Instituto Nacional de Câncer e sua memória: uma contribuição ao estudo da invenção da cancerologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. Dissertação (Mestrado profissional) – Programa de Pós-graduação em História Política e Bens Culturais, 2006.

⁵⁵ Cf. TEIXEIRA, Luiz Antonio (coord.) – *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Vol. 17, supl. 1. Rio de Janeiro (2010).

A problemática em torno de uma doença paradigmática

No devir da medicina de finais de oitocentos, a investigação científica sobre o cancro despertou quando esta doença passou a assumir foros de destaque no universo das principais causas de morte no mundo ocidental. Esta tendência de natureza internacional também teve em Portugal os seus seguidores, mas neste caso a investigação sobre cancerologia não pode ser desligada de uma outra linha de força, igualmente de carácter científico, que rapidamente enformou a anterior: a redefinição da medicina no campo do poder. Operou-se no país uma mudança muito significativa, para não dizer radical, na formação e consolidação de uma autêntica comunidade de investigadores e centros de investigação das ciências médicas e biológicas, no decurso de uma janela temporal que se estende desde a última década do século XIX até meados do século XX.

A partir do início do século XX assistiu-se ao despertar da classe médica e da sociedade para uma doença particular, que pela sua frequência crescente se começava a tornar num problema de saúde pública. A cancerologia, disciplina médica inexistente ou francamente incipiente, começa igualmente a trilhar um caminho consistente em busca de um lugar próprio no seio dos saberes médicos. Importa determinar os factores político-sanitários e as condições de natureza técnica, científica e institucional que promoveram a sedimentação desse processo. Sabendo que os domínios científicos emergentes estão muitas vezes inextrincavelmente vinculados a quadros institucionais e lógicas organizacionais que lhes conferem espaço de desenvolvimento e margem de afirmação, infere-se que o IPO esteja em larga medida na base deste devir, ao congregar num só lugar o espírito de uma disciplina médica em plena fase de expansão ao longo de todo o século XX.

Não há dúvida que o lugar de incubação do espírito científico que tinha na base a exclusividade do estudo da doença oncológica foi durante muito tempo o IPO de Lisboa, mas esta institucionalização da investigação não correspondeu apenas ao desiderato exclusivo do que se estava a passar nas ciências biomédicas.

O próprio papel do Estado, enquanto responsável e promotor de políticas de saúde pública, desempenhou um papel fundamental na compreensão deste fenómeno, fosse pelas políticas de saúde especialmente dirigidas, fosse pelo apoio claro a modelos médicos de intervenção e de luta contra o cancro.

A escolha desta problemática tem por base uma variável empírica que a justifica: o processo histórico que colocou a sociedade face a uma velha/nova doença, que deslocou a responsabilidade pelo tratamento de uma doença da esfera privada para a esfera pública, que tornou a luta contra o cancro num projecto consistente, e que fez da oncologia uma disciplina médica em progressivo desenvolvimento e sedimentação no contexto do saber médico português.

E é por essa razão que abordámos os domínios da história da ciência médica, das ideias e da saúde pública, entrosando-as no esteio da nossa história social. Com efeito, o modo como uma sociedade responde aos problemas levantados por esta doença reflecte inexora-

velmente as suas concepções sobre o valor da vida, revelando ainda os mais profundos valores que a sedimentam. Mas sem querer cair na tendência de fazer uma «história da medicina sem medicina»⁵⁶, realçou-se o estudo e a explicação da génese e transformações estruturais de um saber científico, de modo a obter uma visão mais completa da realidade histórica. E por muito que nos sentíssemos tentados a realizar uma aproximação comparativa do processo histórico que enformou a luta contra o cancro entre Portugal e outros países, seria certamente um trabalho com um discurso devedor da mera historiografia factual, pouco capaz de colocar em evidência as singularidades do caso português.

Ao invés do eminente Mirko Grmek⁵⁷, que optou abertamente por fazer uma história das doenças, preterindo a história dos saberes sobre as doenças e as práticas sociais que lhe estão associadas, pensamos que continua a ser igualmente importante o estabelecimento de consensos no seio da produção científica, em paridade com a geração de novas ideias e novos discursos, que podem em si gerar ruptura epistemológica. Talvez o mais importante seja proceder a uma convergência de esforços interdisciplinares, caminho apontado e defendido pelo próprio Grmek e ainda por outros autores, encarado como processo renovador da história da saúde e da medicina. Este tipo de abordagem é igualmente defendido em Portugal, sobretudo pelo Grupo de História e Sociologia da Ciência do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra (GHSC/CEIS20), coordenado por João Rui Pita e Ana Leonor Pereira⁵⁸.

Tendo em consideração estes pontos norteadores, procuramos dar a conhecer o nosso trabalho.

⁵⁶ Expressão utilizada por Wilson em 1980 para denunciar os abusos da aproximação sociológica à historiografia médica americana. Cf. GRMEK, Mirko D. (dir.) – *Histoire de la pensée médicale en Occident. T. 1. Antiquité et Moyen Âge*. Paris: Seuil, 1995, p. 22.

⁵⁷ Mirko D. Grmek, médico e historiador das ciências e da medicina, francês de origem croata falecido em 2000, foi um dos mais influentes historiadores da medicina do final do século XX. Discutiu o modelo da ‘patocenose’ como referencial de análise da história das doenças. O conceito de patocenose é uma noção fundamental para a história das doenças e dos estados sanitários do ser humano no passado, que se pode definir como o conjunto formado por todos os estados patológicos no seio de uma população, num tempo e espaço determinados. Cf. GRMEK, Mirko D. – *Les maladies a l’aube de la civilisation occidentale: Recherches sur la Réalité Pathologique dans le Monde Grec Préhistorique, Archaique et Classique*. Paris: Payot, 1983.

⁵⁸ Cf. PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui – «Histórias da medicina e da farmácia na oficina do profissional da história». *Revista Portuguesa de Farmácia*. Vol. 51, n.º 1 (2001), p. 17-25.

DELIMITAÇÃO CRONOLÓGICA E ESTRUTURA

Recorrendo a um encadeamento e inserção dos acontecimentos num sentido e tempo históricos, tentou-se colocar em evidência as fases mais importantes em que decorre a institucionalização da luta contra o cancro, bem como o lugar talhado pela oncologia no contexto das demais disciplinas/especialidades médicas. A opção pelo ano de 1839 como baliza inicial justifica-se pelo facto de ser nessa altura que surge a primeira dissertação inaugural em medicina dedicada à cancerologia, no que constituiu o primeiro resquício incipiente da investigação científica sobre esse tema em Portugal. Por seu turno, o ano de 1974 foi escolhido por ser nessa altura que o Centro Regional do Norte do IPO inicia a sua actividade, concretizando-se plenamente um objectivo de cobertura geográfica que nascera com a criação do primeiro centro lisboeta nos anos 20.

No primeiro capítulo, a ênfase foi colocada na retrospectiva histórica da doença oncológica, inscrevendo-a na história da humanidade, realçando o modo como se encarava e tratava até finais do século XIX. Também se abordou o seu impacto social e os pró-dromos da internacionalização do combate à doença.

No capítulo seguinte abordou-se a contextualização da luta contra o cancro no seio das políticas e estruturas de saúde pública vigentes na primeira metade do século XX. Destacaram-se as reformas na política de saúde, sobretudo a de 1901, detectando e explicando as rupturas e concepções dominantes, tanto no campo médico, como no campo da sociedade civil. Evocou-se o papel das campanhas sanitárias, fazendo jus a um princípio de profilaxia social, que se traduziu no empenho de algumas associações de cidadãos na luta contra várias doenças, tidas como evitáveis. O texto debruçou-se ainda sobre as concepções de combate ao cancro veiculadas pelos profissionais de saúde, políticos e legisladores.

O destaque do terceiro capítulo recaiu integralmente na estruturação formal do IPO, analisado enquanto instituição formalmente criada para a compreensão de um conjunto específico de patologias, mas também como lugar de institucionalização de conhecimentos e saberes especializados numa área emergente da ciência médica. Foca ainda a expansão e sedimentação do projecto inicialmente pensado nos anos 20 para o combate ao cancro, mostrando como se processou a planificação e expansão de uma estrutura exclusivamente criada para verter na sua prática os princípios de investigação, ensino e tratamento.

Intimamente ligado com este capítulo surge o seguinte, onde a análise se fez ao nível da ciência e da técnica, colocando em evidência a institucionalização da oncologia enquanto nova disciplina. Das bases científicas à revolução das técnicas biomédicas, passando pelas necessidades e desafios da formação profissional dos técnicos de saúde, tudo se conjugou no sentido do estabelecimento de um conhecimento científico próprio, plasmado na planificação e concretização de um esforço de modernização. Não se negligenciou a relevância e pertinência dos apoios internos e externos à formação profissional, o

que contribuiu em larga medida para detectar problemas e estruturar mudanças no tratamento do doente oncológico. Em paridade, analisou-se a valorização da oncologia enquanto área do saber médico.

É no seio desta janela temporal que se assiste ao processo de estruturação e consolidação progressiva de uma luta sanitária, de uma caminhada científica, e de um saber médico em busca de afirmação.

FONTES E METODOLOGIA

A pesquisa baseou-se principalmente na recolha e análise de textos e documentos de natureza médica, mas também de cariz legal, nomeadamente a legislação afectada à saúde e assistência promulgada entre 1901 e 1974. O uso desta última fonte serviu sobretudo o propósito de descortinar no processo legislativo as concepções do Estado sobre o seu papel na saúde pública, incluindo a luta contra o cancro. Não é de estranhar que reflecta de igual modo os momentos de ruptura ideológica, as influências dos discursos político-sanitários e os movimentos sociais face à luta anticancerosa.

Ainda no âmbito da visão política, fez-se uso das *Actas da Câmara Corporativa* (1935-1974), cujas virtualidades enquanto fontes históricas advêm do facto da Câmara Corporativa possuir competências consultivas alargadas, funcionando como órgão de pressão e arbitragem, sobretudo dos vários interesses económicos e sociais que constituíam a base do regime. As questões da saúde também aqui eram tratadas e apreciadas, em paridade com os discursos médico-sanitários que lhe dão forma.

Nos órgãos noticiosos oficiais, tais como o *Boletim da Assistência Social* e a revista *Hospitais Portugueses*, encontram-se plasmados todo um conjunto de opiniões, análises e notícias sobre a intervenção do poder político nas áreas da saúde e assistência, mas também se podem encontrar estudos e comentários acerca das correntes e documentos coevos sobre os mesmos temas, escritos sobretudo por médicos e outros profissionais de saúde com eventuais responsabilidades na área da cancerologia.

Mas o fulcro de toda a investigação teve por base a análise sistemática de um conjunto seleccionado de periódicos, que pela sua natureza científica nos transmitem as informações necessárias à elaboração dos traços mentais, técnicos, científicos e até mesmo políticos que caracterizaram a estruturação e sedimentação da cancerologia. Uma das vantagens mais clara de analisar o periodismo médico, advém do facto de reflectir fielmente o pensamento, as atitudes, anseios e vontades dos mais directos implicados nesse processo, proporcionando com segurança um quadro muito abrangente da intervenção médica numa área emergente do conhecimento científico. Refiro-me às incontornáveis revistas da imprensa médica coeva, seleccionadas a partir de um total de 523 publicações periódicas relativas à medicina e ciências afins, entre 1749 e 1974. Dos variadíssimos títulos disponí-

veis, foram especialmente escolhidos e analisados aqueles que pelo seu âmbito e periodicidade dominante, constituem os meios mais ajustados ao conhecimento pretendido, sobretudo o *Arquivo de Patologia*, o *Boletim do Instituto de Oncologia*, *A Medicina Contemporânea*, *A Medicina Moderna*, o *Porto Médico*, *O Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa* e o *Jornal do Médico*, entre outros títulos igualmente disponíveis. Foram ainda cruzadas as fontes nacionais com alguns dos principais periódicos médicos franceses da época, o que se revelou particularmente necessário e proveitoso para melhor aquilatar da reconhecida influência científica estrangeira no pensamento médico português.

Acresce, evidentemente, a informação utilizada através da recolha e pesquisa bibliográfica, em muitos casos escrita pelos próprios intervenientes durante o período cronológico abordado, em paridade com trabalhos científicos e/ou académicos ligados à oncologia experimental.

Tendo por base as fontes supracitadas e a perspectiva histórica que se pretendeu conferir à análise, o percurso de investigação obedeceu basicamente a um método de trabalho do tipo qualitativo e heurístico. Foi necessário em certa medida envergar a roupagem do explorador, para ir à descoberta das componentes da problemática que dá forma ao objecto de estudo escolhido. E por mais exaustiva que a pesquisa tenha sido, não descartamos a eventual existência de documentação pouco acessível, ainda inédita ou mal catalogada, que de alguma maneira poderia ter sido utilizada, mas que por razões de disponibilidade não se mostravam passíveis de uso directo.

No que se refere à inclusão de imagens, optámos por inserir ao longo do texto um conjunto de referências fotográficas e iconográficas que pudessem aproximar o texto da realidade visual de momentos significativos, ilustrando procedimentos médicos, acontecimentos, personalidades ou situações marcantes⁵⁹.

⁵⁹ Para o acervo fotográfico veja-se especialmente o conjunto de fotos publicado em GENTIL, Francisco – *A obra da luta contra o cancro e o Instituto Português de Oncologia*. Lisboa: 1951.